

上訴案第 871/2021 號

上訴人：A

澳門特別行政區中級法院合議庭判決書

一、案情敘述

澳門特別行政區檢察院控告各嫌犯：

- 第一嫌犯 A、第三嫌犯 B 及第四嫌犯 C 為直接共同正犯，彼等以既遂方式觸犯了兩項第 6/2004 號法律第 18 條第 2 款結合第 1 款所規定及處罰的「偽造文件罪」；
- 第二嫌犯 D、第五嫌犯 E 及第六嫌犯 F 為直接共同正犯，彼等以既遂方式觸犯了一項第 6/2004 號法律第 18 條第 2 款結合第 1 款所規定及處罰的「偽造文件罪」。

並提請初級法院以合議庭普通訴訟程序對其進行審理。

初級法院刑事法庭的合議庭在第 CR2-21-0097-PCC 號案件中，經過庭審，最後判決：

- 指控第二嫌犯 D、第五嫌犯 E 及第六嫌犯 F 以直接共同正犯、故意及既遂的方式所觸犯的第 6/2004 號法律第 18 條第 2 款結合第 1 款所規定及處罰的「偽造文件罪」(共犯)，均判處罪名不成立。
- 第一嫌犯 A、第三嫌犯 B 及第四嫌犯 C 作為直接共同正犯、其故意及既遂的行為，已構成：

第 6/2004 號法律第 18 條第 2 款結合第 1 款所規定及處罰的「偽造文件罪」(共犯)，針對每項犯罪，每人各判處 2 年 9 個月的徒刑。

數罪並罰，合共判處第一嫌犯、第三嫌犯及第四嫌犯各 3 年 6 個月實際徒刑的單一刑罰。

嫌犯 A 不服判決，向本院提起了上訴：

1. 被上訴判決判處上訴人 A 與第三嫌犯及第四嫌犯以直接共同正犯，其故意及既遂行為觸犯第 6/2004 號法律第 18 條第 2 款結合第 1 款的所規定及處罰的兩項偽造文件罪(共犯)，合共判處 3 年 6 個月實際徒刑。
2. 就原審法院合議庭在確定刑罰份量方面，除給予應有之尊重外，上訴人認為被判處 3 年 6 個月實際徒刑，原審法院合議庭在確定刑罰份量方面是偏高(重)的。
3. 在尊重被上訴法庭法官說明理由及其意見之前提下，上訴人認為上訴標的沾有《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a 項及 c 項之瑕疵，違反了《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a 項、第 114 條、第 49 條第 2 款以及《基本法》第 29 條第 2 款之規定；量刑過重，違反了《刑法典》第 40 條及第 65 條之規定，因而針對上述卷宗判決第 2 項提起上訴。
4. 在案件庭審上，上訴人否認兩項偽造文件（分別為其與第三嫌犯 B 之“假結婚”以及關於其為女兒 G 辦理出生登記和澳門居民身份證之“偽造文件”）的有關控罪，對自己的行為作出了解釋。上訴人認為原審法院合議庭在對案件作出判決時所依據之獲證明之事實上之事宜不足。
5. 就“假結婚”之控罪，上訴人對此予以否認，其表示自己與第三嫌犯之間所締結之婚姻關係為真實有效，而非虛假，兩人亦育有一女兒 G。

6. 同時，在案件庭審中，兩位證人 H 及 I 亦對上訴人與第三嫌犯之間的婚姻關係作出了相應陳述，證實二人之間所締結之婚姻關係為真實有效，而非虛假。
7. 然而，原審法院沒有採信上訴人於庭審上作出之聲明及庭審上兩位證人之證言。
8. 就另一項“偽造文件”之控罪，法院認為上訴人冒認自己是 G 的生父，並由其以父親身份為 G 在本澳辦理出生登記及申辦澳門居民身份證。
9. 直至警方就此事對上訴人進行調查時，上訴人向第三嫌犯詢問要求與女兒 G 進行 DNA 親自鑒定遭到第三嫌犯的拒絕後，才對此心生懷疑；在此之前，上訴人一直堅信 G 一定是自己的親生女兒。
10. 而且，根據案件中之各項主客觀證據，無法證實 G 非為上訴人之親生女兒。
11. 在本案中並沒有任何主客觀實質證據證明 G 非為上訴人之親生女兒之情況下，原審法院根據自由心證原則及疑罪從無原則，不應判處上訴人觸犯一項第 6/2004 號法律第 18 條第 2 款結合第 1 款所指之「偽造文件罪」。
12. 基於此，本案獲證明之事實上之事宜不足以支持原審法院作出該裁判，同時原審法院在對證據審查方面出現遺漏及明顯錯誤，因被上訴判決沾有《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a 項及 c 項之瑕疵而應予以撤銷。
13. 尊敬的法官 閣下不認同上述見解，而認為第一嫌犯觸犯兩項偽造文件罪（分別為其與第三嫌犯 B 之“假結婚”以及關於其為女兒 G 辦理出生登記和澳門居民身份證之“偽造文件”），則請求法官考慮上訴人存有可以獲得減輕刑罰之情節。
14. 上訴人認為被上訴判決在量刑方面是不適度且屬過重的。

15. 在案件庭審中，證人 H 以及第一嫌犯自己均提及，第一嫌犯家中還有一位智力殘障的兒子需要其照顧，根據原審法院所作出之判決，判處其 3 年 6 個月實際徒刑，若其被判處須即刻服刑，該名智力殘障的兒子將面臨無人照顧的境況。
16. 根據澳門《刑法典》第 65 條第 2 款 d) 項之規定，法院在審理案件時應充分考慮到上訴人之個人情況從而作出最為合適之量刑。
17. 綜上所述，上訴人認為被上訴判決在量刑方面沒有充分考慮上訴人之個人情況作出適當減輕，在量刑時明顯過重，應考慮上訴人存有可以獲得減輕之情節。

請求，綜上所述，倘存在遺漏，懇請法官 閣下按照相關法律規定作出指正，並請求法官閣下接納上訴聲請，並按《刑事訴訟法典》規定，裁定：

- 1) 上訴人上訴理由成立，因被上訴判決沾有《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a 項及 c 項之瑕疵而撤銷被上訴之判決，繼而著令將卷宗發還初級法院重審。

倘若尊敬的法官 閣下不同意上述之請求，則請求裁定：

- 2) 上訴人上訴理由成立，因被上訴判決在量刑方面沒有充分考慮上訴人之個人情況作出適當減輕，在量刑時明顯過重而廢止初級法院合議庭之判決，取代原審法院之判決，從而減輕上訴人相應的刑罰。

檢察院就上訴人 A 所提出的上訴作出答覆，其內容如下¹。

¹ 其葡文內容如下：

1. Imputam, no presente recurso interposto pelo 1º arguido A, ao acórdão recorrido os vícios de insuficiência para a decisão da matéria de facto provada e de erro notório na apreciação da prova previstos, respectivamente, nas alíneas a) e c) do nº 2 do artigo 400º do Código de Processo Penal de Macau, a violação dos artigos 114º e 49º, nº 2, do Código de Processo Penal

de Macau e do artigo 29º, nº 2, da Lei Básica da RAEM, bem como a violação dos artigos 40º e 65º do Código Penal de Macau.

2. Sobre a matéria de insuficiência, vem o 1º arguido invocar que ele próprio negou os factos acusados e o depoimento prestado pelas duas testemunhas de defesa está conforme com a versão dita pelo arguido na audiência, no entanto, o Tribunal não acolhe declarações e depoimento esses, condena o mesmo pela prática dos crimes acusados.
3. Neste caso, o 1º arguido disse, na audiência de julgamento, uma versão bastante diferente da dita na fase de inquérito perante o Ministério Público e face à divergência das declarações do arguido, o Tribunal decidiu pela leitura, com base no disposto na al. b) do nº 1 do artigo 338º do Código de Processo Penal de Macau, parte das declarações prestadas pelo próprio arguido na fase de inquérito constante de fls.98v. dos autos e o Tribunal expõe já o respectivo fundamento que serve para a condenação do 1º arguido (cfr. fls. 359v., bem como fls. 371v. e ss.).
4. Os factos constantes da acusação foram já ponderados pelo Tribunal recorrido e dados como provados e não provados, entendemos que o Tribunal se pronunciou sobre toda a matéria objecto do processo, assim, não ocorre qualquer insuficiência para a decisão, perfilando-se todos os elementos permissivos de concluir pela subsunção encontrada.
5. Relativamente ao alegado vício de erro notório na apreciação da prova, pretende o 1º arguido, mediante o presente recurso, demonstrar que a sua condenação não tem suporte na prova produzida em audiência de julgamento em primeira instância.
6. Face à questão ora levantada, entendemos que é de notar que a convicção do Tribunal não tem apenas com base naquilo que o 1º arguido e as duas testemunhas de defesa disseram na audiência de julgamento, mas também no depoimento prestado pela testemunha policial e nas provas documentais ora existentes no caso.
7. Nestes termos, é de salientar ainda que não devem ser entendidas isoladamente as declarações do 1º arguido e o depoimento da testemunha policial e das testemunhas de defesa ora prestadas na audiência de julgamento, devem as mesmas serem interpretadas numa forma coerente, conjugando com as demais provas existentes no caso.
8. E foi com base nos elementos acima expostos, conjugando com as regras de experiência, entende o Tribunal que o 1º arguido participou na prática dos factos de falsificação de documento.
9. No nosso entendimento, conforme a convicção do Tribunal constante do acórdão recorrido, o Tribunal chegou a um entendimento lógico e razoável de que o 1º arguido praticou os crimes de falsificação de documento em co-autoria material e na forma consumada.
10. Nestes termos, não podemos deixar de considerar que a “questão” em causa se nos mostra relacionada com a “convicção” do Tribunal e não com o imputado “erro notório na apreciação da prova”.
11. Neste caso, a convicção do Tribunal assentou no resultado da análise de todos os elementos probatórios disponíveis nos autos e produzidos em julgamento, convicção essa que é livre, está consagrado no artigo 114º do Código de Processo Penal de Macau, assim, no nosso modesto entendimento, não existe qualquer alegado vício de erro notório na apreciação de prova nem violação das normas jurídicas ora alegadas.
12. Manifesta o 1º arguido a não concordância com a pena que lhe foi aplicada pela prática dos crimes de falsificação de documento, entende que o acórdão recorrido violou os artigos 40º e 65º do Código Penal de Macau, requer assim que seja reduzida a mesma.
13. Nestes termos, tendo em conta os factos que se provou o 1º arguido ter praticado, os mesmos consubstanciam dois crimes de falsificação de documento previstos no nº 2 do artigo 18º, conjugado com o nº 1, da Lei nº 6/2004 e cabendo cada “pena de prisão de 2 a 8 anos”.

駐本院助理檢察長提出法律意見書，認為應裁定上訴人 A 的上訴理由全部不成立，維持原判。

本院接受上訴人提起的上訴後，組成合議庭，對上訴進行審理，各助審法官檢閱了卷宗，並作出了評議及表決。

二、事實方面

案件經庭審辯論後查明以下已證事實：

1. 第一嫌犯 A 與第二嫌犯 D 均是澳門居民，彼等曾為夫妻關係。
2. 第三嫌犯 B 與第四嫌犯 C 均是中國內地居民，彼等是夫妻關係，並育有一名兒子 J。此外，第二嫌犯與第四嫌犯胞姐弟關係。
3. 第一嫌犯 A 與第二嫌犯 D 於 2011 年在本澳離婚。第三嫌犯 B 及第四嫌犯 C 亦知悉上述情況。
4. 2014 年（具體日期不詳），第一嫌犯 A 前往內地探望第三嫌犯 B 及第四嫌犯 C。期間，第三嫌犯 B 及第四嫌犯 C 向第一嫌犯 A 表示，為著日後讓彼等的子女能在澳門發展及改善生活，彼等計劃由第三嫌犯 B 與第四嫌犯 C 離婚，當中，彼等兒子由第

14. Entendemos que a pena parcelar de 2 anos e 9 meses de prisão e a pena única de 3 anos e 6 meses aplicadas ao 1º arguido foram já ponderadas e analisadas pelo Tribunal, atendendo as exigências de prevenção, tanto geral como especial, o grau de ilicitude dos factos, o modo de execução destes, a intensidade do dolo, tal como consta do acórdão.

15. Entendemos assim que o acórdão recorrido não padece dos vícios de insuficiência para a decisão da matéria de facto provada e de erro notório na apreciação da prova previstos, respectivamente, nas alíneas a) e c) do nº 2 do artigo 400º do Código de Processo Penal de Macau, não violou os artigos 114º e 49º, nº 2, do Código de Processo Penal de Macau e o artigo 29º, nº 2, da Lei Básica da RAEM, também não violou os artigos 40º e 65º do Código Penal de Macau.

Nestes termos, e nos demais de direito deve julgar o recurso improcedente, com que o 1º arguido A deve cumprir a pena imposta pelo Tribunal recorrido.

Assim se fazendo a habitual justiça!

三嫌犯 B 負責撫養，之後第三嫌犯 B 與第一嫌犯 A 進行“假結婚”，藉以夫妻團聚為由申請第三嫌犯 B 並偕同兒子 J 來澳居留，第一嫌犯 A 表示同意。

5. 2015 年 3 月 11 日，第三嫌犯 B 與第四嫌犯 C 在新會區辦理手續並成功離婚，而且，彼等兒子 J 由第三嫌犯 B 負責撫養。
6. 2015 年 4 月 9 日，第一嫌犯 A 與第三嫌犯 B 在新會區登記結婚。
7. 事實上，第一嫌犯 A 與第三嫌犯 B 註冊結婚後，彼等一直分開居住，不存有任何夫妻間的感情及生活，第三嫌犯 B 與原配繼續共同生活。
8. 2015 年 4 月 14 日，第一嫌犯 A 應第三嫌犯 B 及第四嫌犯 C 的要求到澳門身份證明局申請將其婚姻狀況更改為已婚。為了完成有關申請，第一嫌犯 A 向澳門身份證明局職員出示其與第三嫌犯 B 的結婚證書正本，並報稱其配偶為第三嫌犯 B。
9. 澳門身份證明局職員對上述結婚證書正本進行鑑定後將有關證書正本交還予第一嫌犯 A。
10. 第一嫌犯 A 向澳門身份證明局申請將其婚姻狀況更改為已婚及報稱其配偶為第三嫌犯 B 的行為，是中國內地有權限當局以夫妻團聚為由批准第三嫌犯 B 來澳居留的其中一個必要步驟。
11. 隨後，第一嫌犯 A 向中國內地有權限當局為第三嫌犯 B 申請辦理來澳居留的手續。
12. 2018 年 3 月 5 日，第三嫌犯 B 為第四嫌犯 C 在澳門誕下一名女兒 G。由於第三嫌犯 B 及第四嫌犯 C 均為內地居民，為使 G 取得澳門居留權，第三嫌犯 B 及第四嫌犯 C 要求第一嫌犯 A 冒認為 G 之生父，並向民事登記局作出生登記，第一嫌犯 A 表示同意，同時，第三嫌犯 B 作為 G 的母親而在出生記錄上簽署。
13. 2018 年 3 月 15 日，為著讓 G 首次申領澳門居民身份證，第一嫌犯 A 與第三嫌犯 B 在第四嫌犯 C 的同意下，向澳門身份

證明局報稱第一嫌犯 A 為 G 之生父，並提交居民身份證申請書及出示 G 出生登記之敘述證明正本與第三嫌犯 B 及第一嫌犯 A 的身份證明文件，同時，第三嫌犯 B 作為未成年女兒 G 的母親而在上述申請書簽署。

14. 透過上述行為，G 獲發一張持證人姓名為 G 且編號為...的澳門居民身份證。
15. 事實上，第四嫌犯 C 才是 G 的生父，且彼等一直共同居住，此外，第一嫌犯 A 與第三嫌犯 B 及第四嫌犯 C 一直保持良好溝通及關係。
16. 其後，中國內地有權限當局將上述第三嫌犯 B 來澳居留的申請通報澳門身份證明局。
17. 之後，澳門身份證明局展開審批第三嫌犯 B 來澳定居的申請。
18. 其後，廣東省公安廳處理上述來澳居留的申請中，發現第一嫌犯 A 與第三嫌犯 B 在日常起居及家庭背景等事項上出現可疑狀況，且發現第三嫌犯 B 與第四嫌犯 C 在內地一直同住，懷疑第一嫌犯 A 與第三嫌犯 B 的婚姻屬虛假，故通報澳門身份證明局，並由澳門身份證明局要求警方調查。
19. 經警方調查，發現第一嫌犯 A 為了親戚情面而與第三嫌犯 B 結婚，而目的僅為了以夫妻團聚為由申請第三嫌犯 B 來澳居留，並藉此惠及第三嫌犯 B 與第四嫌犯 C 的子女來澳居留，但實際上第一嫌犯 A 與第三嫌犯 B 並不存在任何夫妻關係。
20. 第六嫌犯 F 為內地居民，與第五嫌犯 E 為胞姐弟關係。
21. 2017 年 11 月 29 日，第二嫌犯 D 與第六嫌犯 F 在澳門民事登記局登記結婚。
22. 2018 年 1 月 12 日，第二嫌犯 D 要求到澳門身份證明局申請將其婚姻狀況更改為已婚。為了完成有關申請，第二嫌犯 D 向澳門身份證明局職員出示上述其與第六嫌犯 F 的婚姻登記之敘述證明正本，並報稱其配偶為第六嫌犯 F。

23. 澳門身份證明局職員對上述婚姻登記之敘述證明正本進行核對後將有關證明書正本交還予第二嫌犯 D。
24. 第二嫌犯 D 向澳門身份證明局申請將其婚姻狀況更改為已婚及報稱其配偶為第六嫌犯 F 的行為，是中國內地有權限當局以夫妻團聚為由批准第六嫌犯 F 來澳居留的其中一個必要步驟。
25. 隨後，第二嫌犯 D 向中國內地有權限當局為第六嫌犯 F 申請辦理來澳居留的手續。
26. 2020 年 5 月 4 日，警方在調查上述關於第一嫌犯 A 與第三嫌犯 B 的“假結婚”案件時，發現第一嫌犯 A 與第二嫌犯 D 同住，但在彼等居住單位內搜出第二嫌犯 D 與第六嫌犯 F 的婚姻登記之敘述證明正本，於是展開調查。
27. 六名嫌犯是在自由、自願、有意識的情況下作出上述行為。
28. 第一嫌犯 A、第三嫌犯 B 及第四嫌犯 C 達成協議，共同合作，由第一嫌犯 A 與第三嫌犯 B 在中國內地締結虛假的婚姻，並利用第一嫌犯 A 是澳門居民的身份，以夫妻團聚為由申請第三嫌犯 B 並偕同兒子 J 來澳居留，為了完成有關申請，第一嫌犯 A 在第四嫌犯 C 同意下，向澳門身份證明局聲請更改現時婚姻狀況為已婚姻及聲明第三嫌犯 B 為配偶，並出示載有與事實不符的婚姻狀況之結婚證書，使有關法律上重要事實不實登載於文件上，目的是令澳門有權限當局向第三嫌犯 B 發出居留許可，從而妨礙澳門打擊非法移民的法律所產生的效力。
29. 第三嫌犯 B 及第四嫌犯 C 為了讓女兒 G 取得在本澳居留的合法文件，彼等明知第一嫌犯 A 並不是 G 的生父，但三名嫌犯 A、B 及 C 仍達成協議，由身為澳門居民的第一嫌犯 A 冒認是 G 的生父，並由第一嫌犯 A 以父親身份為 G 在本澳辦理出生登記及申辦澳門居民身份證，令到本澳有權限當局向 G 批准居留許可及發出澳門居民身份證，並使法律上之重要事實不實登載於 G 的出生登記及澳門居民身份證上，從而妨礙本澳打擊

非法移民的法律所產生的效力。

30. 第一嫌犯 A、第三嫌犯 B 及第四嫌犯 C 清楚知道彼等的行為是違法的，並會受到法律制裁。

此外，還查明：

- 第一嫌犯 A 表示具有初中三年級的學歷，維修工人，每月收入為 20,000 澳門元，妻子在職，育有三名子女（兩名子女成年，其中一名智障，一名未成年）。
- 第二嫌犯 D 表示具有小學五年級的學歷，家庭主婦，無收入，丈夫無業，育有兩名成年子女（其中一名智障）。
- 第三嫌犯 B 表示具有大專的學歷，文員，每月收入為人民幣 2,600 元，需要照顧兩名子女。
- 第五嫌犯 E 表示具有初中二年級的學歷，兼職員工，每月收入為 4,000 元，丈夫在職，育有一名未成年女兒。
- 根據嫌犯的最新刑事記錄顯示，六名嫌犯均屬於初犯。

未能證明的事實：

- 2016 年，第六嫌犯 F 向第五嫌犯 E 表示欲在澳門居留及生活，並希望以支付一定金額的方式，與某澳門居民進行“假結婚”，再以夫暫團聚為由申請其來澳居留。
- 由於第五嫌犯 E 亦希望第六嫌犯 F 可在澳門居留及生活，故協助第六嫌犯 F 尋找有意進行“假結婚”的澳門居民。
- 其後，第五嫌犯 E 認識了第二嫌犯 D，並知悉第二嫌犯 D 已離婚多年，同時，亦有意與內地居民進行“假結婚”從而賺取金錢，故要求第二嫌犯 D 與第六嫌犯 F 進行“假結婚”，並承諾待第六嫌犯 F 成功取得澳門居民身份證後將給予一定報酬。
- 隨後，第五嫌犯 E 安排第二嫌犯 D 與第六嫌犯 F 會面，並經共同相討後，第六嫌犯 F 向第二嫌犯 D 表示，若成功能以“假結婚”方式讓其取得澳門居民身份證後，將給予第二嫌犯 D 人民

幣五萬元 (RMB¥50,000.00) 作為報酬。

- 第二嫌犯 D 在金錢利誘下答應按第五嫌犯 E 及第六嫌犯 F 的計劃與第六嫌犯 F 結婚。
- 第二嫌犯 D 與第六嫌犯 F 註冊結婚後，彼等一直分開居住，且期間二人並不存有任何夫妻間的感情及生活。
- 經調查，發現第二嫌犯 D 為了得到某利益而與第六嫌犯 F 結婚，而目的僅為了以夫妻團聚為由申請第六嫌犯 F 來澳居留，但實際上二人並不存在任何夫妻關係。
- 第二嫌犯 D、第五嫌犯 E 及第六嫌犯 F 達成協議，共同合作，在第五嫌犯 E 策劃及推動下，第二嫌犯 D 與第六嫌犯 F 在澳門締結虛假的婚姻，並利用第二嫌犯 D 是澳門居民的身份，以夫妻團聚為由申請第六嫌犯 F 來澳居留，為了完成有關申請，第二嫌犯 D 向澳門身份證明局聲請更改現時婚姻狀況為已婚及聲明第六嫌犯 F 為配偶，並出示載有與事實不符的婚姻狀況的婚姻登記之敘述證明，使有關法律上重要事實不實登載於文件上，目的是令澳門有權限當局向第六嫌犯 F 發出居留許可，從而妨礙澳門打擊非法移民的法律所產生的效力。
- 第二嫌犯 D、第五嫌犯 E 及第六嫌犯 F 的行為亦意圖影響該類文件的公信力及其在一般關係中所傳遞的安全及信心，並損害澳門特別行政區及第三人的利益。
- 第二嫌犯 D、第五嫌犯 E 及第六嫌犯 F 清楚知道彼等的行為是違法的，並會受到法律制裁。
- 控訴書與上述已證事實不符的其他事實。

三、法律部份

上訴人 A 在其上訴理由中，認為：

- 上訴人本人與第三嫌犯 B 的婚姻是真實的，且育有一女兒 G。

上訴人 A 認為庭審中證人 H 及 I 的證言詳細和深入，足以證實上訴人 A 與第三嫌犯婚姻真實有效，但是，原審法院沒有採信上訴人 A 的聲明及兩位證人的詳細證言，從而認定上訴人 A 的婚姻是虛假。原審法院認定上訴人 A 冒認為 G 的生父，但上訴人 A 認為 G 長相與自己相似，從沒有懷疑其不是自己親生女兒。而且，卷宗內沒有任何可證明 G 非為上訴人 A 親生女兒的證據，原審法院根據自由心證原則和罪疑從無原則，應推定上訴人 A 沒有冒認是 G 的生父。原審法院遺漏了審查 G 與上訴人 A 之間的親子關係，沾有《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a 項“獲證明之事實上之事實不足以支持作出該裁判”及 c 項“審查證據方面明顯有錯誤”的瑕疵，請求將卷宗發還重審。

- 上訴人有一位智力殘障兒子需要其照顧，若被判處實際徒刑會令該名兒子無人照顧，因而認為原審法院的量刑過重，請求改判較輕的刑罰。

我們看看。

(一) 事實瑕疵

首先，《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a 項所指的事實不充分的瑕疵僅存在於法院沒有證實必要的可資作出適當法律適用以及決定案件實體問題的事實；法院在審判過程中必須在該刑事訴訟案件的標的包括控訴書或辯護詞所界定的範圍內，對這些事實作調查。²

正如我們也一直強調的，獲證明之事實上之事實不足以支持作出該裁判的瑕疵並不是指證據的不足，而是指基於作出法律適用的事實總體出現漏洞以致合適地不能支持裁判的情況，也不是指不能確認犯罪的構成要素這個屬於一個純粹的法律問題。

明顯地，上訴人將“審查證據不足”跟“獲證明之事實上之事宜不

² 參見中級法院第 32/2014 號上訴案件於 2014 年 3 月 6 日作出的裁判。

足以支持作出裁判之瑕疵”混為一談。在本具體個案中，被上訴法庭已審理了包括控訴書及答辯狀在內的標的，亦明確表明了認定及不認定的立場，顯示出原審法院對案中須調查的爭議事實已逐一調查，所認定的事實總體並沒有存在任何的遺漏或者漏洞，一直不能作出合適的法律決定，所以無從沾有《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a 項所規定“獲證明之事實上之事宜不足以支持作出裁判”的瑕疵。

其次，上訴人所主張的原審法院在認定事實的時候所依據的證據不足，明顯是在質疑原審法院的自由心證，在確認法院的審查證據存在明顯錯誤之前，這是明顯不能成立的上訴理由。

我們實在無法認為被上訴裁判沾有“獲證明之事實上之事宜不足以支持作出裁判”的瑕疵，上訴人的上訴理由不能成立。

其次，《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c 項所規定的“審查證據方面明顯有錯誤”的瑕疵是指，對於原審法庭所認定的既證事實及未被其認定的事實，任何一個能閱讀原審合議庭判決書內容的人士在閱讀後，按照人們日常生活的經驗法則，均會認為原審法庭對案中爭議事實的審判結果屬明顯不合理，或法院從某一被視為認定的事實中得出一個邏輯上不可被接受的結論，又或者法院在審查證據時違反了必須遵守的有關證據價值的規則或一般的經驗法則，而這種錯誤必須是顯而易見的錯誤。

3

同樣我們一貫堅持，事實審理的自由心證是刑事訴訟的核心原則，而作為一個平常的人、一個主觀的人的法官，在運用法律所賦予的審理證據的自由的武器時，需要遵循法律對此自由附加的證據原則和客觀標準，遵守一般的生活經驗法則的義務。在審查證據後對於採信何種證據，是法官形成心證的過程，根據《刑事訴訟法典》第 114 條的規定，法官在對構成訴訟標的的具爭議事實，在事實審層面上作出認定或不認定時，

³ 參見中級法院於 2014 年 4 月 3 日在第 602/2011 號上訴案件、於 2014 年 5 月 29 日在第 115/2014 號上訴案件等。

除了法律對評價證據方面另有事先規定的情況，如《刑事訴訟法典》第 149 條第 2 款所規定的排除法官的自由心證的情況，最終仍須按經驗法則去分析、評價案中所有的證據。

而對於上訴法院來說，對此瑕疵是否存在的審查乃通過審查原審法院的事實認定的理由說明，尤其是從對構成心證所基於形成的證據的列舉以及衡量的過程的審查，確認是否存在違反證據規則以及一般經驗法則的情況。此外的事實認定，包括原審法院接納或不接納哪些證據並賴以形成其心證並認定事實是由法律所賦予的自由，一般情況下，這種心證是不能受到質疑。

事實上，被上訴的合議庭裁判在事實判斷方面是結合審判聽證中所審查的證據，包括嫌犯庭上的聲明及各證人證言、卷宗所載的書證資料以及其他證據後形成心證，從而認定上訴人 A 實施了本案的犯罪行為。我們完全可以在被上訴的判案理由中清楚看到原審法院在認定事實方面的思路及邏輯依據，顯然，並不存在原審法院在評價證據方面明顯違反一般經驗法則及常理，以致讓一般人一看就可以察覺：

雖然，上訴人 A 在庭上否認作出本案的犯罪事實，但庭上宣讀其於檢察院所作的聲明，曾承認其和 B 的婚姻是虛假的，且冒認為 G 的生父。正如原審法院在判案理由中所解釋的“雖然辯方證人 H 及 I 講述了第一嫌犯與第三嫌犯的婚姻關係，但兩人所知的情況均十分表面和皮毛，無法令本院確信第一嫌犯與第三嫌犯的婚姻關係屬真實。”

此外，卷宗第 28 頁的廣東省公安廳公函中指出 B 一直與 C 同住，兩人沒有離婚跡象，而卷宗第 33 頁至第 43 頁以及第 111 頁至第 121 頁的照片亦顯示上訴人 A 與 D 在離婚後，上訴人 A 仍與 D 及 K 同住，而且，上訴人 A 與 D 於 2011 年離婚後至 2017 年 5 月被調查期間，有多達 293 次共同出入境的紀錄(參見卷宗第 49 頁至第 55 頁)，而 2015 年 4 月 9 日上訴人 A 與 B 結婚後至 2019 年，兩人只有 17 次共同出入境紀錄(參見卷宗第 147 頁)。

原審法院根據這些證據的認定上訴人 A 與 B 的婚姻關係為虛假的

事實，證實上訴人是在知悉 G 不是自己的女兒的情況，向有關當局作虛假的聲明去為 G 辦理出生登記及申辦澳門居民身份證，並沒有違反證據規則以及一般的經驗法則，無從確認存在審查證據方面的明顯錯誤的瑕疵。

事實上，上訴人的上訴理由也僅僅是一味質疑原審法院對事實的認定，並認為原審法院應採信其事實版本，但其在上述理由中的分析更多的只是上訴人 A 的個人意見和認定而已。

因此，我們無法確認原審法院的事實審理存在“審查證據方面明顯有錯誤”的瑕疵，上訴人此部份上訴理由不能成立。

(二) 量刑過重

在其上訴理由的補充性主張中，上訴人認為原審法院的量刑過重，請求改判較輕的刑罰。

量刑的問題，法律要求法院根據行為人的罪過程度以及犯罪的預防的要求進行衡量的，並為此目的賦予法院在刑法規定的刑幅間有選擇合適刑罰的自由，只有當原審法院明顯違反法律或罪刑相適應原則時，上級法院才有介入原審法院的量刑空間。

首先，正如原審法院在被上訴判決書中指出的，“第一嫌犯 A 表示具有初中三年級的學歷，維修工人，每月收入為 20,000 澳門元，妻子在職，育有三名子女(兩名子女成年，其中一名智障，一名未成年)”(參見卷宗第 370 頁)，可見，原審法院已將上訴人 A 有一名智障兒子的事實納入已證事實內。

其次，上訴人雖為初犯，但這種行為持續的時間長，顯示出犯罪的不法性嚴重，罪過程度高。而這種為了令他人不法獲得澳門居留許可及澳門居民身份證，在收取不法利益的情況下協助他人假結婚此等犯罪活動近年來仍然嚴重，屢禁不止，對澳門社會安寧及法律秩序造成嚴重的負面影響，在一般預防方面的要求亦相當高。

我們清楚看見，被上訴的初級法院已按照《刑法典》第 40 條及第 65 條之規定，考慮到上訴人 A 的罪過程度，以及刑事預防的要求及目的（參見卷宗第 374 頁背頁），才決定在上訴人 A 觸犯的 2 項抽象刑幅為 2 年至 8 年徒刑的第 6/2004 號法律第 18 條第 2 款配合第 1 款的「偽造文件罪」中，判處上訴人 A 每項犯罪 2 年 9 個月的徒刑。最後將 2 項犯罪競合，在 2 年 9 個月至 5 年 6 個月的抽象競合刑幅中，判處上訴人 A 3 年 6 個月徒刑的單一刑罰。按照上訴人 A 所實施的行為所顯示出的罪過程度及行為的不法性，我們認為被上訴的合議庭在上述刑罰裁量跟上訴人 A 應受譴責的程度相適應，量刑並無逾越上訴人 A 的罪過程度，並無違反罪刑相適應原則。

上訴人這部分的上訴理由不成立。

四、決定

綜上所述，中級法院合議庭裁定上訴人的上訴理由不成立，予以駁回。

判處上訴人繳付 6 個計算單位的司法費以及支付本程序的訴訟費用。

澳門特別行政區，2022 年 2 月 24 日

蔡武彬 (裁判書製作人)

陳廣勝 (第一助審法官)

譚曉華 (第二助審法官)